

ANO XX N. 28 17/2/2022

### TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

#### [PORTARIA GP N. 79, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2022](#)

Designa, para o mandato da atual Administração do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, os integrantes do Comitê de Logística e Sustentabilidade, referenciados no inciso II do art. 2º da Resolução GP n. 181 de 16 de março de 2021.

(DEJT/TRT3 Cad. Adm. 16/2/2022, p. 1-2)

#### [PORTARIA GP N. 80, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2022](#)

Designa, para o mandato da atual Administração do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, os integrantes do Subcomitê de Acessibilidade e Inclusão, referenciados nos incisos I a IV do art. 4º da Resolução GP n. 181 de 16 de março de 2021.

(DEJT/TRT3 Cad. Adm. 16/2/2022, p. 2-3)

#### [RESOLUÇÃO GP N. 222, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022](#)

Altera a Resolução GP.CR.DGJ n. 1, de 27 de abril de 2000, que dispõe sobre o Sistema de Protocolo Integrado na Justiça do Trabalho da 3ª Região.

(DEJT/TRT3 Cad. Adm. 16/2/2022, p. 3; Cad. Jud. 16/2/2022, p. 1)

### TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

#### [RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA TST N. 2283, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022](#)

Revoga a Resolução Administrativa n. 1470, de 24 de agosto de 2011, que regulamenta a expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

(DEJT/TST Cad. Jud. 16/2/2022, p. 56)

### CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

#### [ATO CONJUNTO TST.CSJT.GP N. 8, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022](#)

Reconduz os membros da Comissão Nacional de Efetividade da Execução Trabalhista - CNEET.

(DEJT/CSJT Cad. Adm. 16/2/2022, p. 2-3)

### [ATO CONJUNTO TST.CSJT.GP N. 7, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022](#)

Reconduz os membros do Comitê Gestor Nacional do Programa Trabalho Seguro.

(DEJT/CSJT Cad. Adm. 16/2/2022, p. 3)

### [RESOLUÇÃO CSJT N. 322, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022](#)

Institui o Comitê de Gestão Documental e Memória da Justiça do Trabalho.

(DEJT/CSJT Cad. Adm. 16/2/2022, p. 18-19)

### [RESOLUÇÃO CSJT N. 325, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022](#)

Institui a Política de Governança dos Colegiados Temáticos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT.

(DEJT/CSJT Cad. Adm. 16/2/2022, p. 19-28)

### [RESOLUÇÃO CSJT N. 323, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022](#)

Altera a Resolução CSJT n. 87, de 25 de novembro de 2011, que dispõe sobre os ajustes que tenham por objeto a administração dos depósitos judiciais, precatórios, requisições de pequeno valor, serviço de pagamento de pessoal e cessão de espaço físico no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau, para prever a realização de ressarcimento por descentralização nos casos de cessão de espaço físico no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau.

(DEJT/CSJT Cad. Adm. 16/2/2022, p. 28-29)

### [RESOLUÇÃO CSJT N. 321, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022](#)

Institui a Nova Política de Comunicação Social no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau e cria o Manual de Comunicação Social e Redação Jornalística da Justiça do Trabalho.

#### [ANEXO](#)

(DEJT/CSJT Cad. Adm. 16/2/2022, p. 29-34)

### [RESOLUÇÃO CSJT N. 87, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2011 \(\\*\)](#)

Dispõe sobre os ajustes que tenham por objeto a administração dos depósitos judiciais, precatórios, requisições de pequeno valor, serviço de pagamento de pessoal e cessão de espaço físico no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau e dá outras providências.

(DEJT/CSJT Cad. Adm. 16/2/2022, p. 34-38) (\*)Republicada em cumprimento ao art. 2º da Resolução CSJT n. 323, de 11 de fevereiro de 2022

### [RESOLUÇÃO CSJT N. 324, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022](#)

Dispõe sobre o Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho – Programa Trabalho Seguro e dá outras providências.

(DEJT/CSJT Cad. Adm. 16/2/2022, p. 38-40)

**[RECOMENDAÇÃO CNJ N. 127, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022](#)**

Recomenda aos tribunais a adoção de cautelas visando a coibir a judicialização predatória que possa acarretar o cerceamento de defesa e a limitação da liberdade de expressão.

(DJe/CNJ 17/2/2022, p. 3-4)

**[RECOMENDAÇÃO CNJ N. 128, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022](#)**

Recomenda a adoção do “Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero” no âmbito do Poder Judiciário brasileiro.

**[ANEXO](#)**

(DJe/CNJ 17/2/2022, p. 4-5)